

Relatório Especial

**A evolução da social-democracia.
O passo que falta ao PT para replicar
o caminho dos partidos de esquerda
da Europa**

Março de 2023

Maílson da Nóbrega

A evolução da social-democracia. O passo que falta ao PT para replicar o caminho dos partidos de esquerda da Europa

Maílson da Nóbrega

(Ex-ministro da Fazenda, sócio da Tendências Consultoria)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. A SOCIAL-DEMOCRACIA	5
3. SOCIALISMO NA EUROPA – UM INÍCIO REVOLUCIONÁRIO.....	6
4. A DESRADICALIZAÇÃO	7
5. O MARXISMO SAI DOS ESTATUTOS DE PARTIDOS DE ESQUERDA EUROPEUS.....	9
5.1 O CASO DA ALEMANHA.....	9
5.2 O CASO DA ESPANHA.....	9
5.3 O CASO DA GRÃ-BRETANHA	10
6. O PT: NASCIMENTO E EVOLUÇÃO.....	14
6.1 A MARCHA PARA A MODERAÇÃO POLÍTICA	14
6.2 AS IDEIAS ECONÔMICAS DO PT: EQUÍVOCOS, AVANÇOS E RECUOS	15
6.3 O TERCEIRO MANDATO DE LULA E O PT – BOAS E MÁS NOTÍCIAS.....	18
6.4 DESAFIOS E RISCOS.....	22
6.5 LIÇÕES DA HISTÓRIA	23
6.6 CENÁRIOS SOBRE O FUTURO DO PT	25
AGRADECIMENTOS.....	28

1. Introdução

O socialismo marxista (ou autoritário)¹ e a social-democracia são doutrinas que conviveram entre si na segunda metade do século XIX. Uma das vertentes do socialismo foi o anarquismo, um tipo de marxismo libertário de extrema esquerda que advogava a substituição do Estado por uma sociedade sem classes.

Para muitos socialistas autoritários, embora a democracia não assegurasse a criação da sociedade sem classes, ela poderia contribuir para a propaganda e a mobilização da classe trabalhadora. Karl Marx e sua tradição esperavam que o sufrágio universal seria utilizado pelos trabalhadores como arma para desconstruir a ordem burguesa.

Os anarquistas, mais radicais, nem assim admitiam participar do processo eleitoral. Para eles, “a participação dos trabalhadores no sistema político burguês traria como resultado a consolidação do atual estado de coisas, paralisando a ação revolucionária socialista do proletariado”.² O socialismo democrático se separou do anarquismo porque via na democracia o caminho para a emancipação social. Já os subscritores do Manifesto Comunista (1848), Karl Marx e Friedrich Engels, continuavam a acreditar no caminho da revolução armada.

Paulatinamente, ocorreu uma cisão entre partidos socialistas autoritários e as agremiações da social-democracia. Os primeiros não admitiam fazer concessões em programas, acordos ou participações no governo. Os segundos passaram a aceitar essas realidades, enxergando os benefícios de um regime de cooperação entre o capital e o trabalho. Ao longo do tempo, a esquerda europeia aderiu à democracia representativa e à economia de mercado capitalista, sob adequada regulação do Estado e operação de um estado de bem-estar social.

No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) se firmou como único movimento de esquerda com capacidade de ganhar eleições presidenciais. Na sua fundação, evitou a trilha radical dos socialistas autoritários europeus. Embora parte de seus fundadores adotasse o credo marxista-leninista (vários eram trotskistas), o partido manteve-se distante dessa ideologia e terminou por consolidar seu compromisso com a democracia representativa, mas não deu o passo seguinte, qual seja, a exemplo da esquerda europeia, a adesão à economia capitalista de mercado.

¹ Ao longo deste texto, veremos dois conceitos para o termo “socialismo”. O primeiro é conhecido como socialismo autoritário, marxista e adepto da propriedade estatal dos meios de produção. O segundo, o socialismo democrático, aderiu à economia de mercado regulada e caracterizada pelo estado de bem-estar social.

² Congresso anarquista de 1870 em Chaud-de-Fonds.

Em questões econômicas, todavia, o PT não evoluiu como seus congêneres europeus. Continuou aferrado a ideias equivocadas, entre as quais a rejeição da independência do Banco Central. Este texto analisa os riscos dessa teimosia, que pode acarretar derrotas eleitorais sucessivas em corridas presidenciais, quando o partido terá que lidar, pela primeira vez, com a ausência de Lula do jogo político. Será difícil encontrar substituto com o mesmo carisma e a mesma força eleitoral.

Dois cenários serão discutidos sobre o futuro do PT. No primeiro, o partido não conseguiria desvencilhar-se da influência do socialismo autoritário nem de más ideias econômicas. Repetiria a experiência do Partido Socialista Francês, que depois de quase ganhar as eleições gerais de 1946, continuou atrelado ao modelo da União Soviética, além de alinhado a Joseph Stalin e às justificativas da invasão da Hungria e da Tcheco-Eslováquia. Hoje, elege apenas 1% a 2% do Parlamento. Neste caso, o PT poderia ser sucedido, nas preferências do eleitorado, por um outro partido de linha social-democrata, com visão moderna sobre política econômica, e capaz de chegar ao poder.

No segundo cenário, que me parece o mais provável, sob os efeitos didáticos de prováveis e sucessivas derrotas eleitorais em um modo pós-Lula, o PT empreenderia, a exemplo do que ocorreu com o Partido Trabalhista Britânico, uma reflexão interna que o conduziria a aceitar visões modernas de política econômica. Renovado, voltaria ao poder, restabelecendo sua competitividade eleitoral.

2. A social-democracia

A social-democracia tem origem nos sindicatos de trabalhadores alemães, na segunda metade do século XIX. Começou com a fundação, em 1863, da Associação Geral dos Trabalhadores da Alemanha (ADAV, na sigla em alemão), que se fundiu em 1869, com o Partido Social Democrático dos Trabalhadores da Alemanha (SDAP, na sigla em alemão).

Em 1878, o chanceler alemão Otto von Bismark, invocando leis antissocialistas, declarou a ilegalidade do SDAP, alegando o caráter prorrevolução e o sentimento antimonarquia da agremiação. Em 1890, o partido voltou à legalidade e adotou o nome Partido Social-Democrático da Alemanha (SPD, na sigla em alemão), como é conhecido até hoje. É o mais antigo partido político da Alemanha.³

A doutrina social-democrata advogava uma transição pacífica do capitalismo para o socialismo autoritário, via participação no sistema político. Com o tempo, particularmente na segunda metade do século XX, os sociais-democratas experimentaram profunda transformação em seu ideário.

Nessa linha, esposaram a democracia representativa associada à regulação estatal, em substituição à propriedade estatal dos meios de produção. Aderiram à economia de mercado, isto é, ao capitalismo, meio pelo qual, esperavam, nasceriam amplos programas de bem-estar social. Tais ideias foram consideradas revisionistas pelos marxistas, inclusive porque repudiavam o uso da revolução como o caminho para uma sociedade socialista autoritária. De igual modo, rejeitavam a militância e o totalitarismo comunistas.

O crescimento da social-democracia deveu muito à influência do político e teórico político alemão Eduard Bernstein, que se opunha à ortodoxia marxista e à sua crença no colapso da economia capitalista e na tomada do poder pelo proletariado. Para ele, o capitalismo estava superando suas supostas fraquezas, como o desemprego, o excesso de produção e a desigual distribuição da riqueza. A propriedade da indústria se mostrava amplamente difusa, em vez de concentrada nas mãos de poucos.⁴

Enquanto Marx sustentava que a subjugação da classe trabalhadora conduziria à revolução socialista, Bernstein argumentava que o êxito do socialismo não dependeria da pobreza da classe trabalhadora, mas da eliminação da miséria. Para ele, as condições sociais estavam melhorando, enquanto o sufrágio universal permitiria que os trabalhadores criassem o socialismo por meio da eleição de parlamentares. A violência da Revolução Russa de 1917 e seus desdobramentos precipitaram a separação final entre os social-democratas alemães e os comunistas.

³ Encyclopediá Britannica, acesso em 29/1/2023.

⁴ Encyclopediá Britannica. Acesso em 2/2/2023

3. Socialismo na Europa – Um início revolucionário

Enquanto florescia a social-democracia alemã, o restante da Europa Ocidental fundava organizações voltadas para criar um mundo perfeito. Para Anton Pelinka, “a social-democracia buscava um objetivo relativamente comum, qual seja a consolidação da democracia política, a reestruturação da economia e a instituição da solidariedade internacional.”⁵

As péssimas condições sob as quais então viviam os trabalhadores também influenciaram a expansão do ideal socialista. No Reino Unido, por exemplo, o direito de greve consolidou-se apenas no fim do século XIX. Não havia os benefícios sociais do *welfare state*. O sindicalismo era reprimido, vedado a participar de atividades políticas ou proibido de angariar contribuições de seus membros para financiá-lo.

Ainda no Reino Unido, as desigualdades e as horrorosas condições de trabalho levaram os sindicatos a apoiar a ideia da ditadura do proletariado. De fato, somente em 1918 surgiu a ideia de reduzir a semana de trabalho para 48 horas, uma meta do Partido Trabalhista.⁶ Algo semelhante ocorreu em outros países da Europa, justificando o radicalismo nos primórdios de seus partidos socialistas. Muitos incorporaram objetivos marxistas em seus estatutos.

⁵ Citado em *The Future of Social-Democracy; Problems, and Prospects of Social Democratic Parties in Western Europe*, by William E. Peterson and Alastair H. Thomas. Clarendon Oxford Presses, 1986, pg 1.

⁶ Henry Pelling. *A Short History of the Labour Party*, The Mcmillan Press, 1985, pg. 44

4. A desradicalização

Apesar da influência marxista, assistiu-se ao progressivo arrefecimento das aspirações revolucionárias dos partidos socialistas europeus. A estabilidade e o crescimento da economia após a II Guerra contribuíram para a mudança. Em seguida, esses partidos adotaram postura pragmática e tolerante, que os levou a repudiar a luta de classes, a revolução e o comunismo. O socialismo agora democrático abandonou, então, a ideia da ditadura do proletariado e o objetivo de controle estatal dos meios de produção.

Por seu turno, os social-democratas viram no sistema político o meio de chegar ao Parlamento, formar governos e mudar as leis. Proclamaram que “a organização do proletariado em partido político é necessária para assegurar a vitória da revolução social”.⁷

Em resumo, a utopia do mundo perfeito, sem classes, com o Estado substituindo a iniciativa privada, havia dado lugar à aceitação do capitalismo de mercado, que seria regulado mediante intervenção na economia. A social-democracia defendia a acomodação entre o capital e o trabalho. O “revisionismo” foi influenciado por propostas de Anthony Crosland, especialmente em seu livro *The Future of Socialism* (1956), no qual defendeu cinco princípios básicos para a construção socialista: liberalismo político, economia mista⁸, *welfare state*, keynesianismo e crença na igualdade.

Nos anos 1950 e 1960, a Europa Ocidental vivia três tendências econômicas marcantes; (1) um longo e sustentado período de crescimento econômico, sem paralelo em sua história; (2) uma expansão permanente do emprego e da renda, que reduzia o conflito de classes; (3) uma redução no emprego de mão de obra na indústria, a tradicional clientela dos partidos de esquerda. Isso minou o marxismo e as estratégias baseadas no conflito de classes. A social-democracia aproveitou para reduzir o papel da ideologia na formulação de seus programas.⁹

O capitalismo recuperou seu prestígio e, segundo filósofo político e historiador Norberto Bobbio, construiu “uma estratégia capaz de levar em conta, ao mesmo tempo, os interesses dos operários e da classe média. Aceitou-se o regime como “valor absoluto das liberdades e da democracia”. Bobbio continua: “não é o antigo capitalismo que volta, arrependido, mas o socialismo transformado em reformista. Descobre uma função própria, consistente em assegurar ao sistema econômico uma expansão equilibrada e às massas uma crescente distribuição de renda. A social-democracia consegue esses resultados mediante a

⁷ Adam Przeworski, *Capitalism and Social Democracy*, Cambridge University Press, 198, pg. 8.

⁸ “Economia mista”, neste caso, difere de “empresa de economia mista”. Define uma economia com

⁹ Peterson e Thomas, op. cit. pgs. 4 e 6.

colaboração institucionalizada e permanente entre o Estado, as empresas privadas e os sindicatos de trabalhadores”.¹⁰

Ao mesmo tempo, o crescimento da classe média diminuiu substancialmente o encanto da proposta socialista de luta de classes e de abolição da propriedade privada. Admitia-se, assim, o lucro capitalista no próprio interesse dos assalariados: os lucros de hoje serão os investimentos de amanhã, os quais serão os empregos e a renda de depois de amanhã. Os social-democratas buscaram incorporar as ideias capitalistas em seus programas, buscando melhorá-las “A estatização dos meios de produção se tornou eleitoralmente inviável. Políticas redistributivas radicais resultariam em crises econômicas que não interessavam aos assalariados. O bem-estar geral poderia aumentar se os capitalistas fossem induzidos a cooperar e os assalariados a ter paciência.”¹¹

¹⁰ Norberto Bobbio. *Dicionário de Política*. Editora Universidade de Brasília, 1993, pg. 1191.

¹¹ Przeworski, op. cit. Pg. 207.

5. O marxismo sai dos estatutos de partidos de esquerda europeus

Muitos partidos de esquerda da Europa Ocidental, como vimos, inscreveram em seus estatutos o compromisso com o socialismo marxista, mas posteriores transformações sociais, econômicas e de mentalidade criaram o ambiente para sua revogação. Casos de destaque foram os da Alemanha, da Espanha e da Grã-Bretanha.

5.1 O caso da Alemanha

Já comentei os passos do SPD no rumo da modernização. Esse processo foi intensificado na reunião ocorrida na cidade de Bad Godesberg, em 1959. Aprovou-se, então, o abandono da ideologia marxista e se admitiu o princípio da propriedade privada, “desde que esta não iniba a criação de uma ordem social justa”. Argumentou-se que as mudanças econômicas e sociais haviam tornado obsoleta a doutrina anterior do partido. O SPD se concentraria em melhorar e reformar o sistema de livre competição de mercado, em vez de lutar por sua abolição.¹²

Foi a mais tranquila transição de um partido de esquerda europeia rumo à adoção da democracia representativa e da economia de mercado. Isso se deveu às próprias origens pouco radicais da social-democracia alemã.

5.2 O caso da Espanha

O autoritarismo do regime franquista inibiu o debate sobre mudanças no ideário político do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). Com a morte do ditador Francisco Franco (1975), iniciou-se o processo de abertura política que restauraria a democracia, instituiria uma monarquia constitucional e propiciaria a ascensão de Felipe Gonzalez à posição de um dos maiores líderes políticos da história recente da Espanha.

Gonzalez concluiu o curso de direito na Universidade de Sevilha e em seguida iniciou uma carreira de advogado trabalhista. Enquanto estava na universidade, participou de reuniões clandestinas com membros da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Igualmente clandestinos foram os seus primeiros contatos com o PSOE. Em 1971, participou de manifestações contra o regime franquista e por isso foi preso.

Ele foi escolhido presidente do PSOE em 1974, com apenas 32 anos. Com a restauração da democracia, foi eleito membro do Parlamento. Sob sua liderança, o partido participou das eleições gerais de 1976, quando foi derrotado por Adolfo

¹² Peterson e Thomas, op. cit., pg. 128.

Suarez, o primeiro presidente de governo democrático do país (equivalente ao cargo de primeiro-ministro) após a morte do ditador Francisco Franco.

Um pouco antes, com uma campanha caracterizada por moderação, o partido havia ganhado eleições municipais, o que levou seus líderes a acreditar que poderiam repetir o sucesso no âmbito nacional, o que não aconteceu. Gonzalez percebeu que a frustração se explicava em grande parte pela percepção do radicalismo do partido e por sua identificação com ideias de forte intervenção na economia e de estatização.¹³ Era preciso, pois, uma renovação para construir o caminho rumo à vitória no próximo pleito geral, previsto para 1982. Assim, No XXVIII Congresso do PSOE, em 1978, ele propôs a eliminação da ideologia marxista constante dos estatutos do partido.

A proposta foi rejeitada, o que levou Gonzalez a renunciar à liderança do PSOE com um discurso histórico. Acontece que ele, por sua juventude, oratória e carisma, era visto como o único membro capaz de conduzir o partido à vitória. No ano seguinte, convocou-se um Congresso extraordinário que aprovou a proposta. Nas eleições gerais seguintes, o PSOE foi vitorioso.

Felipe Gonzalez governou a Espanha entre 1982 e 1996, o mandato mais longo de um governante espanhol eleito. Conduziu as transformações que viabilizariam a transição da Espanha para a condição de país rico. Sua política econômica adotou a responsabilidade fiscal e a privatização de empresas estatais, incluindo a montadora de veículos Seat, sob forte oposição de líderes sindicais. O sucesso do governo nutriu-se também da entrada na Comunidade Econômica Europeia, no mesmo ano em que assumiu o cargo de presidente do governo. Ao final de seu período de governo, podia-se dizer que a Espanha estava definitivamente no caminho para se tornar um país desenvolvido, se já não o fosse neste período de sua história.

5.3 O caso da Grã-Bretanha

Na Grã-Bretanha, a transição foi mais longa e complexa. A moderação começou no fim dos anos 1950 e início da década seguinte, mas a revogação da cláusula marxista nos estatutos ocorreria somente em 1994. Em 1959, Hugh Gaitskel, líder do Partido Trabalhista, chocou seus pares na Conferência de Blackpool ao afirmar que a derrota eleitoral daquele ano não poderia ser atribuída à qualidade da campanha, mas às mudanças econômicas e sociais de longo prazo que influenciaram o eleitorado.

Gaitskel argumentou que o declínio da participação da indústria no PIB, a ausência de temores quanto aos efeitos da perda de postos de trabalho (graças ao seguro-desemprego) e as modificações nos hábitos de consumo haviam diminuído a força eleitoral do partido. “Nosso objetivo deve ser ampliar as bases,

¹³ Paul Preston, *The Triumph of Democracy in Spain*. Methuen & Co. Ltd, 1986, pgs. 154-161 e 227.

estar em contato com todas as classes e evitar sermos pequenas claques de fanáticos guiados pela doutrina, sem entender as principais tendências do nosso tempo”. E concluiu: “o partido perdeu votos porque foi identificado com a estatização”.¹⁴

As lições de Gaitskel demoraram a ser incorporada pelos trabalhistas. O partido continuou aferrado a dogmas como a ideia de que a inflação resultaria de um conflito distributivo e não da ausência de políticas fiscal e monetárias restritivas.

Na segunda investidura do trabalhista Harold Wilson no cargo de primeiro-ministro (1974-1976), a expansão fiscal herdada do governo conservador de Edward Heath (1970-1974) e a resistência em rever a estratégia econômica do partido aumentaram as dificuldades para gerir a economia. Déficits no balanço de pagamentos e no orçamento agravaram as consequências da crise do petróleo de 1973. A inflação atingiu 25% em 1975. No ano seguinte, Harold Wilson renunciou e foi substituído por seu colega trabalhista James Callaghan. A piora da situação obrigou o governo a recorrer ao FMI. O Reino Unido tornou-se o primeiro e até hoje o único país desenvolvido a ser socorrido pelo Fundo.

Callaghan enfrentou uma onda de greves em 1978 e 1979, que paralisaram serviços públicos essenciais. O movimento denominado *Winter of Discontent* (Inverno do Descontentamento) agravou a crise, provocando o colapso da popularidade do governo. Em seguida, Callaghan perdeu um voto de desconfiança no Parlamento em 28/3/1979, que o obrigou a convocar eleições gerais.

No programa eleitoral, os trabalhistas mantiveram dogmas e equívocos, entre os quais a oposição à proposta de liberdade de preços dos conservadores. Preservaram a ideia, que se mostrara ineficaz, de negociações tripartites entre o governo, empresas e sindicatos.¹⁵ O partido foi derrotado de forma avassaladora (*landslide*) pela líder conservadora Margaret Thatcher, que conquistou a grande parcela dos eleitores cansados da inflação e das greves.

O Partido Trabalhista permaneceu dezoito anos fora do poder, o que contribuiu para um movimento em favor da modernização de suas ideias econômicas. Iniciado pelo líder trabalhista derrotado Neil Kinnock, o esforço teve continuidade em 1992 com o novo líder, John Smith. Ele conseguiu, em 1993, a primeira mudança: a abolição do voto em bloco dos sindicatos em assembleias do partido e sua substituição pela regra de um membro, um voto. Smith morreu subitamente de um ataque cardíaco em 1994.

O novo líder, Tony Blair, acelerou a modernização, beneficiado por ser mais persuasivo e carismático. Sua proposta mais ousada foi rever o artigo 4º dos estatutos do partido, adotado em 1918, que prometia:

¹⁴ David Howel. *British Social Democracy*, Croom Helm Ltd., 1980, pg. 222.

¹⁵ <http://www.labour-party.org.uk/manifestos/1979/1979-labour-manifesto.shtml>

Assegurar aos trabalhadores a total fruição dos resultados de sua atividade e a mais justa distribuição possível da renda, mediante a propriedade comum dos meios de produção, distribuição e trocas, e pelo melhor sistema de administração popular de cada atividade ou serviço.

O texto foi visto à época como um compromisso do Partido Trabalhista com o socialismo marxista, embora isso não estivesse expressamente mencionado. Uma nova versão, proposta por Blair, foi aprovada na Conferência Especial da Páscoa, em 1995, a qual estabeleceu:

O Partido Trabalhista é uma agremiação socialista democrática. Cremos que, pela força de nosso esforço comum, podemos alcançar mais do que sozinhos, de modo a criar, para cada um de nós, os meios de atingir nosso verdadeiro potencial e, para todos nós, uma comunidade na qual o poder, a riqueza e as oportunidades estarão nas mãos de muitos, e não de poucos, onde os direitos de que desfrutamos reflitam os nossos deveres e onde viveremos juntos, livremente, sob o espírito de solidariedade, tolerância e respeito.¹⁶

Em 1996, no texto preliminar do programa do partido, adotou-se pela primeira vez o slogan *New Labour, New Life for Britain* (Novo Trabalhismo, Nova Vida para a Grã-Bretanha), apresentado como a marca de uma agremiação renovada que havia alterado o artigo 4º e adotado a economia capitalista de mercado. A marca permaneceu na campanha, abreviada para *New Labour*. Impulsionado pelo abandono das visões do partido, os trabalhistas obtiveram uma vitória *landslide* nas eleições de 1997. Conquistaram 509 assentos no Parlamento, quando precisavam de apenas 330 para obter a maioria (um excesso de 179 cadeiras). Uma das primeiras ações do novo primeiro-ministro foi propor a concessão de autonomia operacional ao Banco da Inglaterra, o banco central. A proposta foi aprovada pelo Parlamento.

Nas eleições parlamentares de 2015, quando os trabalhistas já estavam novamente fora do poder, perderam 26 cadeiras, o que levou à renúncia do então líder Ed Miliband. Para surpresa de muitos, seu substituo foi Jeremy Corbyn, um parlamentar de extrema esquerda, tido como improvável estrela política. Um ano depois, figuras importantes do partido, incluindo o ex-primeiro-ministro Tony Blair, propuseram a substituição de Corbyn, alegando seu fracasso em lutar contra a saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, decidida no plebiscito de 23 de junho de 2016. Corbyn recusou-se a renunciar.

Como líder, Corbyn defendeu a reestatização dos transportes ferroviários. Ao prometer uma economia radicalmente diferente, levou o partido a amargar o pior resultado em quase um século. Nas eleições gerais de junho de 2017, a líder

¹⁶ Os dois parágrafos dos estatutos do Partido Trabalhista foram traduzidos pelo autor.

conservadora, Theresa May, o chamou de esquerdista extremista. Em outubro de 2020, após a divulgação de um relatório sobre antissemitismo no partido, que o envolvia, Corbyn foi suspenso da agremiação.

Depois dessa malsucedida tentativa de retorno aos velhos tempos do Partido Trabalhista, o Reino Unido vive hoje um grande consenso político entre conservadores e trabalhistas, que vai da imigração, à política externa e ao futuro do país. O atual ministro da Fazenda, Jeremy Hunt, e a parlamentar trabalhista Rachel Reeves, a ministra “sombra” do mesmo cargo, professam visões semelhantes sobre o tamanho do Estado. Para a revista *The Economist*, “os parâmetros do debate político estão firmemente estabelecidos. O que parecem diferenças em políticas públicas são frequentemente mera questão de ênfase”.¹⁷

¹⁷ *The Economist*. Meet Ms Heeves, the face of Britain’s new political consensus, edição de 4/2/2023

6. O PT: nascimento e evolução

Os esforços para criar o Partido dos Trabalhadores começaram sob o ambiente de distensão política criado pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Seu berço foi o ABC paulista, onde haviam ocorrido as primeiras greves importantes no regime militar. Assistiu-se, então, à ascensão de um líder sindical carismático, Luiz Inácio Lula da Silva. O PT incorporou, desde sua origem, as demandas por redução das desigualdades sociais, do combate à pobreza e, na maioria de seus fundadores, a fé na democracia.

O PT não enveredou pelo radicalismo dos anarquistas europeus, que não admitiam participar de um sistema político burguês. Seu objetivo era promover alterações profundas na sociedade, mediante acesso ao poder pela via democrática. Apesar da admiração de muitos de seus membros a Fidel Castro, Cuba nunca foi o modelo que inspiraria o ideário petista.

Segundo o sociólogo Celso Rocha de Barros, que escreveu uma excelente história do PT, as ideias do partido receberam influência da esquerda católica adepta da Teologia da Libertação. Para ele, “tanto o catolicismo de esquerda quanto os sobreviventes da luta armada produziram quadros e ideias para o Partido dos Trabalhadores. Mas, dos dois, só o catolicismo social produziu movimentos” (grifo de Barros). A Igreja Católica brasileira virou a mais progressista do mundo.¹⁸

6.1 A marcha para a moderação política

Após sua fundação em 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, o PT recebeu a adesão de grupos radicais de esquerda, compostos por participantes da luta armada contra o regime militar, militantes maoístas e intelectuais marxistas, inclusive de correntes trotskistas. Muitos dos petistas históricos haviam criado o Partido Revolucionário Comunista (PRC), como foram os casos dos que viriam a ser influentes nas estratégias e na gestão do PT: José Genoíno – que havia participado da luta armada –, Marina Silva e Tarso Genro. Houve também a adesão dos chamados intelectuais petistas, grande parte deles trotskistas: Francisco Weffort – que viria a ser secretário-geral do partido –, Marilena Chauí, José Álvaro Moisés, Vera da Silva Teles, Maria Victoria Benevides, Francisco de Oliveira e Marco Aurélio Garcia.¹⁹

O PT sempre se orgulhou de ser um partido laico. Ao contrário de muitos de seus congêneres europeus, nunca inscreveu em seus estatutos a doutrina marxista da propriedade estatal dos meios de produção e jamais pugnou pela abolição da

¹⁸ Celso Rocha de Barros. *PT, uma história*. 2022, Companhia das Letras, pgs. 12 e 13

¹⁹ Idem, *ibidem*, pgs. 83, 84 e 102.

propriedade privada. As várias organizações marxistas que aderiram ao partido tinham graus variados de compromisso com a legenda e, portanto, com seus próprios princípios.

No mesmo ano de sua fundação, o PT veria a primeira manifestação rumo à moderação, o que havia levado décadas para acontecer em partidos social-democratas europeus. Os autonomistas brasileiros, cujas origens estavam em uma mistura de marxismo e anarquismo, estrearam no debate de esquerda com um documento em que rompiam com ortodoxia marxista, declarando que “a alternativa ao Estado capitalista” não é o partido revolucionário, “mas os conselhos de trabalhadores organizados nacionalmente”.²⁰

José Dirceu, então líder estudantil, foi um dos militantes presos em 1968 no Congresso da UNE em Ibiúna (SP). Logo depois, foi liberado em troca do embaixador americano Charles Elbrick, que havia sido sequestrado por um grupo de esquerdistas radicais. Dirceu foi para Cuba, tornou-se entusiasta da revolução castrista e retornou clandestinamente ao Brasil como membro do Movimento de Libertação Popular (Molipo), que viria a ser dizimado pela repressão.

Dirceu se tornaria um dos principais quadros do PT e um dos fundadores da Articulação, criada em São Paulo em junho de 1983, a qual viria a ser a mais importante corrente da agremiação. A Articulação se transformaria em fonte da moderação do partido e até hoje é o grupo dominante. Ela incluía marxistas de perfil tradicional, que chegaram a viajar para a Alemanha Oriental (comunista) para fazer um curso de formação política, mas não impediram a marcha do partido rumo à moderação política.²¹

A Articulação acabou favorecendo a evolução do PT para a social-democracia porque, segundo Rocha de Barros, “consolidou a influência de Lula e do setor sindical da legenda”. Os “intelectuais” e outros grupos não integrariam os quadros dirigentes do partido. Mesmo que ainda hoje professem apoio a líderes autoritários de Cuba, Venezuela e Nicarágua, Lula e outros líderes do PT trilham o caminho da moderação que caracterizou os partidos social-democratas europeus na segunda metade do século XX.

6.2 As ideias econômicas do PT: equívocos, avanços e recuos

Em questões econômicas, o PT nasceu influenciado por ideias que dominavam o pensamento de esquerda da América Latina, particularmente a defesa intransigente das empresas estatais – tidas como estratégicas e instrumentos de ação pró-crescimento –, a apologia do dirigismo estatal, o protecionismo como

²⁰ Barros, pg. 103.

²¹ Idem, pg. 111.

estratégia para a industrialização, o preconceito em relação ao lucro e a prevenção contra os credores externos.

É verdade que parte dessas ideias era partilhada (e ainda é) por segmentos do empresariado e por um bom pedaço da opinião pública, mas no PT elas viraram dogma e resistem ao tempo, mesmo diante de demonstração de que muitas delas são equivocadas ou não deram certo. Por exemplo, empresas estatais são um fenômeno do século XIX, justificada pela necessidade de suprir falhas de mercado, principalmente a ausência de capacidade gerencial e financeira do setor privado para operar setores como o financeiro e os de infraestrutura de transporte, energia e comunicações, estes últimos exigindo vultosos investimentos.

À medida que o setor privado e os mercados de capitais se mostram habilitados a conduzir essas atividades e a prover crédito de longo prazo, como tem sido o caso no Brasil, não haverá mais justificativa para manter tais empresas sob o controle e manejo do Estado. O Japão privatizou a maioria de suas estatais no fim do século XIX e a Europa nos anos 1980 e 1990. Essa realidade ainda não chegou aos olhos e ouvidos do PT e de seus líderes. Cabe reconhecer que isso tampouco aconteceu com a maioria da sociedade brasileira. Segundo o Datafolha, 67% se dizem contrários à privatização.

O preconceito contra credores externos levou o PT a aliar-se à proposta de auditoria da dívida externa apresentada pela Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), que promoveu um “plebiscito” em setembro de 2000 para questionar empréstimos concedidos por países, organizações multilaterais e bancos estrangeiros. Na ocasião, se votaria também sobre o descumprimento do acordo então vigente com o FMI. O pagamento da dívida somente poderia ser admitido depois de uma auditoria. Pelo menos aqui, o PT mudou de opinião com a Carta ao Povo Brasileiro (ver abaixo), de junho de 2002, na qual se comprometeu a cumprir contratos, ou seja, pagar a dívida interna e externa.

O protecionismo abraçado pelo PT esteve na origem da industrialização de muitos países hoje desenvolvidos, tais como os Estados Unidos e os tigres asiáticos (Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan), sob o pressuposto, todavia, de que haveria uma revisão quando a estratégia tivesse cumprido seus principais objetivos. Isso não constava do ideário protecionista latino-americano nem do PT. A proteção à indústria se tornaria ideia duradoura.

Na campanha presidencial de 2002, que daria a primeira vitória a Lula, o PT emitiu sinais de reversão de pelo menos parte dessas ideias. Em junho daquele ano, divulgou a Carta ao Povo Brasileiro, redigida pelos petistas Antonio Palocci e Luiz Gushiken, dois ex-militantes trotskistas, e pelo jornalista Edmundo Machado de Oliveira. O documento sinalizava o abandono de propostas econômicas radicais do programa eleitoral do partido visando a influenciar positivamente o mercado financeiro. Tratava-se de uma posição corajosa, pois

contradizia o programa do partido, que assustava até no título: Uma Ruptura Necessária.

A carta defendia o cumprimento de contratos e a responsabilidade fiscal, incluindo a geração de superávits primários “o quanto bastasse”. Apesar disso, o mercado financeiro continuou desconfiado de uma futura administração petista. Tanto assim que às vésperas do primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, quando se dava como praticamente certa a vitória do PT, a moeda americana atingiu quatro reais por dólar, o que equivaleria atualmente a mais de sete reais. A reversão das expectativas pessimistas somente ocorreu quando Antonio Palocci – que se mostrava convincentemente moderado – teve seu nome confirmado como ministro da Fazenda, enquanto Henrique Meirelles, um banqueiro de instituição financeira americana, seria o presidente do Banco Central.

Lula surpreendeu ao manter a política econômica de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, o chamado tripé macroeconômico (metas para inflação, austeridade fiscal e câmbio flutuante). Deu a impressão de que havia concedido autonomia operacional do Banco Central (não foi bem assim, como se verá adiante). O BC elevou a taxa Selic na primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Em seguida, Lula concordou com um aumento da meta de superávit primário. O decorrente equilíbrio macroeconômico permitiu que ele se beneficiasse dos efeitos do ciclo de commodities resultante da entrada da China no comércio global. Os correspondentes ganhos de comércio ampliaram o potencial de crescimento da economia e da arrecadação tributária, abrindo espaço para ampliação de programas sociais iniciados no governo de FHC, que viriam a ser consolidados no Bolsa Família.

No segundo mandato de Lula, teve início um retorno gradativo às ideias antigas do PT, indicando que a moderação não estava consolidada. A mudança foi influenciada por dois acontecimentos que viriam a convencer o governo de que havia chegado a hora de reverter a postura do primeiro mandato. O primeiro foi o desempenho do Brasil após a crise financeira de 2008. A economia sofreu menos do que a de países desenvolvidos (apenas um trimestre de recessão), confirmando a declaração do presidente, de que a crise provocaria apenas uma “marolinha”.

O segundo acontecimento foi a descoberta das enormes jazidas de petróleo do pré-sal, em 2007, considerado por Lula um bilhete premiado. Visões grandiosas sobre os efeitos benéficos da novidade entusiasmaram o presidente, que compareceu a um poço, assistiu ao jorrar do petróleo, cobriu as mãos com o óleo negro e depois as passou nas costas da então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. As emoções do espetáculo provavelmente contribuíram para ações estatistas que levaram à ênfase do papel da Petrobras na exploração e extração do petróleo do pré-sal, incluindo a mudança do regime de exploração.

O Brasil abandonou o regime de concessão, característico de países desenvolvidos, para o de partilha, que demandava maior intervenção. Criou-se uma estatal para comercializar o produto, a Pré-Sal Petróleo S.A.

Ao mesmo tempo, a crise de 2008 levou países desenvolvidos e emergentes a adotar medidas fiscais e monetárias expansionistas para minimizar seus efeitos na atividade econômica e no emprego. “Agora somos todos keynesianos”, declarou então o presidente americano George W. Bush. Foi a senha para justificar uma nova onda de gastos públicos no Brasil. Antes do fim do segundo mandato de Lula, o governo anunciou a criação da Nova Matriz Econômica, que prometia, mediante expansão fiscal e crescente intervenção na economia, preservar o ritmo de crescimento decorrente dos benefícios do ciclo de commodities, que se havia encerrado.

No governo Dilma, a virada da política econômica se acentuou. Buscou-se estimular a atividade econômica por meio do apoio a “campeões nacionais”. O Tesouro Nacional transferiu cerca de 10% do PIB ao BNDES para a concessão generosa de crédito subsidiado a grandes empresas, a maioria com capacidade de acessar os mercados de capitais do Brasil e do exterior. Era uma transferência brutal de recursos dos contribuintes brasileiros para um grupo limitado de empresas, o que provavelmente piorou as desigualdades do país. Estudos mostraram o efeito limitado ou nulo desse programa nos investimentos.

Entre as medidas intervencionistas do governo Dilma figuraram uma ordem para o Banco Central reduzir a taxa básica, a Selic, em momento no qual o recomendável era sua elevação. A correspondente desancoragem das expectativas acarretou aumento da inflação. Para controlá-la, o governo tabelou os preços dos combustíveis, o que representou perda de bilhões pela Petrobras. Para disfarçar a deterioração da situação fiscal, lançou-se mão de contabilidade criativa, ou seja, manobras contábeis para esconder o problema, fazendo crer que metas fiscais estavam sendo cumpridas. Denominada de “pedaladas fiscais”, a ação serviu de base para o processo de impeachment da presidente.

6.3 O terceiro mandato de Lula e o PT – boas e más notícias

A terceira vitória presidencial de Lula (2022), obtida em pleito acirrado e por pequena margem, ocorreu sob a expectativa de muitos de que haveria a repetição do pragmatismo responsável que caracterizou o primeiro mandato, mas o presidente tem contrariado tal esperança. Já no discurso de posse, sinalizou o retorno a ideias do passado, como o intervencionismo estatal, o protecionismo (substituir importação de aeronaves, microprocessadores e plataformas submarinas) e os subsídios do BNDES.

O início do mandato se caracterizou, todavia, por ações muito positivas, começando com a promessa de substituir o programa Auxílio Brasil, que no

governo Bolsonaro havia substituído o Bolsa Família com grande piora de sua qualidade. Lula decidiu reestruturar o programa para melhor, incluindo a eliminação da regra que estabelecia o mesmo valor para o benefício, independentemente do tamanho das famílias. A norma bolsonarista havia criado um estímulo perverso à declaração de famílias de uma só pessoa com o objetivo de sanar os efeitos negativos da medida.

Ainda do lado positivo, estão as medidas associadas ao meio ambiente, incluindo o retorno de Marina Silva – de reconhecida competência no primeiro mandato de Lula – à liderança do respectivo ministério. Antes da posse, Lula compareceu à COP-27, em Cairo, onde pronunciou discurso muito bem recebido no país e no exterior, em que defendeu ações coerentes em prol da defesa do meio ambiente e de uma política de desmatamento zero. No cargo, sobrevieram medidas para conferir tratamento adequado aos povos indígenas e à diminuição da guerra cultural. No campo externo, Lula promoveu esforços, com palavras e atos, voltados para o objetivo de recuperar o prestígio internacional do país. Lembre-se que o primeiro titular do Ministério das Relações Exteriores do governo Bolsonaro, o diplomata Ernesto Araújo, chegou a aceitar como correta a condição de pária internacional com que então era visto o país.

A visita que Lula fez a Buenos Aires três semanas depois da posse e a primeira depois da posse, teve efeito simbólico inequívoco. O presidente argentino Alberto Fernandez havia comparecido à posse do petista, enquanto Bolsonaro, quebrando uma tradição, não esteve presente quando Fernandez tomou posse do cargo, gesto indelicado que adotou em relação e outros presidentes latino-americanos eleitos por partidos de esquerda.

Na ocasião, Lula anunciou que o BNDES voltaria a financiar o comércio exterior (o que exigirá redobrada cautela diante de calotes de alguns países) e até mesmo a criação de uma moeda única, ideia que não resiste a uma simples avaliação de sua viabilidade. Na mesma ocasião, circulou a informação de que o Banco do Brasil financiaria a construção do gasoduto que transportará gás das jazidas de Vaca Muerta para Buenos Aires, o que somente seria possível se os correspondentes recursos fossem repassados pelo exaurido Tesouro Nacional.

O retorno de Lula às ideias antiquadas do PT se expressou no questionamento do teto de gastos (“uma ideia estúpida”), no ataque à independência formal do Banco Central (“uma bobagem”) e na sugestão de elevar a meta de inflação (“como nos 4,5% do nosso tempo”). Na viagem à Argentina, ele disse que o Brasil deveria ser “generoso” com os outros países da América Latina como se a situação fiscal assim o permitisse. Prometeu avaliar a lei de independência do Banco Central tão logo expirasse o mandato de Roberto Campos Neto, seu atual presidente.

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PR), manifestou insatisfação do partido com o BC. Nas redes sociais, ela criticou a taxa Selic, assinalando que

“o país não pode ficar esperando que o Banco Central caia na real. Não há economia que resista a uma taxa de juros de 13,5% (sic). O Brasil precisa urgente de crescimento, para gerar empregos e oportunidades”.

A cruzada de Lula contra o BC se intensificou após o Comitê de Política Monetária (Copom) manter a taxa básica de juros em 13,75% ao ano. Ele considerou essa taxa “uma vergonha”. Em seguida, exortou empresários a “reclamar de juros altos”. O líder do PT na Câmara, José Guimarães, secundou Gleisi Hoffmann. Para ele, “as autoridades monetárias também têm que contribuir com aquilo que saiu das urnas”, como se o BC fosse um órgão de governo que devesse pautar a política monetária de acordo com programas eleitorais dos vencedores.

Dias depois, a pretexto de justificar suas críticas ao BC e à política monetária, Lula afirmou que “não tem de pedir licença para governar” e que o governo tem de “tentar fazer aquilo que foi o propósito pelo qual ganhamos a eleição”. De fato, o presidente não precisa pedir licença para governar o país. Ocorre que há limites institucionais à sua atuação.

Lula não pode tudo. Por exemplo, não pode “governar” para interferir na gestão de agências reguladoras nem demitir seus diretores, a não ser por comprovado mau desempenho ou grave irregularidade. Eles gozam de autonomia operacional estabelecida em lei. Tampouco pode “enquadrar” o Banco do Brasil, como prometeu, pois a instituição é uma sociedade de economia mista de capital aberto. Tal interferência constituiria abuso do acionista controlador, punível pela Comissão de Valores Mobiliários.

A investida de Lula contra o Banco Central foi apoiada por ministros e parlamentares do PT e por 7 dos 14 membros do Conselho Político do governo. Curiosamente, quatro dos atuais ministros de Lula votaram no Congresso, em 2021, a favor do projeto de lei de independência do BC: Simone Tebet (Planejamento), André de Paula (Pesca), Daniela do Waguinho (Turismo) e Juscelino Filho (Comunicações).

Ao contrário do que se diz, Lula não foi tão pragmático no seu primeiro período de governo, embora tenha resolvido continuar a política econômica de FHC e apoiar a sugestão de propor ao Senado o nome de Henrique Meirelles para presidir o Banco Central. Tampouco fez objeções à escolha de economistas liberais para compor a equipe do ministro da Fazenda Antonio Palocci. O BC atuou, na prática, com autonomia operacional.

A situação começou a mudar em 2005, quando previsões de crescimento da economia foram postas em dúvida. No ano seguinte, Lula seria candidato à reeleição. Ele passou a emitir sinais de contrariedade com a política monetária. Sem encontrar ecos na gestão do BC, resolveu telefonar para o presidente do banco. “Meirelles, nós precisamos atingir um nível de crescimento de 5% este

ano. E para isso nós precisamos que o Banco Central reduza mais rápido esse juro. Estão me dizendo que desse jeito só vai crescer 3%. E aí não, Meirelles.”²² O Banco Central reduziu a taxa Selic, mas em apenas 0,25%, o que deixou Lula muito aborrecido. Apesar da decepção, ele foi reeleito em 2006.

Em 2008, numa conversa com Palocci, Lula informou que iria demitir Meirelles. Alegou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, não se dava com o presidente do BC. Já o havia até autorizado a encontrar um substituto, que seria o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. Dias depois, encontrou-se com Meirelles e em seguida telefonou para Palocci. “Eu desisti de fazer (a demissão). E concluiu: “na conversa, eu senti que Meirelles é o cara para ficar lá no Banco Central”.²³

Tudo isso mostra que, apesar de ter dado continuidade à política econômica do governo FHC, Lula ainda não havia absorvido lições sobre a necessária autonomia operacional dos bancos centrais. No convite a Meirelles, ele se comprometeu a enviar o projeto de lei de independência do BC, o que não cumpriu.

O PT, por seu turno, demonstrou recentemente inabalável crença em visões econômicas equivocadas que já eram questionáveis ao tempo de sua fundação. Em resolução recente da Direção Nacional, o partido desfilou um rosário de ideias ultrapassadas ou sem base na realidade²⁴. Quatro delas se destacam. A primeira foi a ideia voluntarista de que a taxa de juros pode ser reduzida por pressão política, o que deu errado há pouco tempo na Argentina e na Turquia, e aqui mesmo no governo Dilma. A segunda foi a manifestação explícita de rejeição da independência do Banco Central.

A terceira ideia equivocada foi afirmar que a desindustrialização do Brasil decorreu das altas taxas de juros. O partido esqueceu que o governo Dilma, via BNDES, conduziu o mais amplo programa de crédito a juros abaixo das taxas de mercado. Nem por isso a desindustrialização foi interrompida. A desindustrialização, maior do que a esperada no processo universal de queda da participação da indústria no PIB, decorreu da perda de competitividade do setor, o que se explica pelos custos do caótico sistema tributário, pela deficiente operação da logística e pela má qualidade da educação da mão de obra. Muitas indústrias se livraram das altas taxas de juros via crédito do BNDES. A saída não é forçar a queda dos juros na marra, mas reunir as condições políticas para atacar os verdadeiros problemas que defronta a indústria brasileira.

O quarto equívoco se refere à proposta de reestatização da Eletrobrás. O objetivo seria fazê-la “voltar a servir como âncora para a garantia da segurança

²² Borges, João (2022). Eles não são loucos: os bastidores da transição presidencial FHC-Lula. São Paulo: Portfolio-Penguin, pg. 303.

²³ Idem, ibidem, pg. 306.

²⁴<https://pt.org.br/o-terceiro-governo-lula-e-a-retomada-do-projeto-democratico-popular-e-soberano/>

energética e oferta universal de energia elétrica à sociedade brasileira”. Acontece que a geração hidroelétrica tem perdido participação na oferta de energia elétrica e não há sinais de risco de oferta. Estudos indicam que a oferta de fontes eólica e solar, inteiramente operadas pelo setor privado, deve superar a hidroelétrica em quinze anos (ou menos).

6.4 Desafios e riscos

As promessas implícitas no atual discurso de Lula parecem mirar-se nos tempos de seus mandatos anteriores. Haveria recursos para reequipar as forças armadas, estimular a indústria de material bélico, ampliar investimentos e reforçar o orçamento dos vários ministérios, particularmente nas áreas de educação, saúde e tecnologia. Dificilmente, dada a grave situação fiscal, tais promessas poderão ser cumpridas, a não ser que sejam baseadas em ações fiscalmente irresponsáveis, que acarretariam inflação alta, juros elevados e queda do potencial de crescimento. Os grandes prejudicados seriam os pobres. O capital político e a popularidade cairiam muito, afetando as condições de governabilidade e a aprovação da agenda do governo pelo Congresso.

A situação já é difícil antes mesmo dessa eventual ação populista. De fato, as projeções de bancos e consultorias indicam desaceleração da economia brasileira em 2023 (0,8% de expansão do PIB, segundo a pesquisa Focus do Banco Central, e 1,2% na estimativa mais recente do FMI). Para o restante do período, as estimativas andam em torno de 1,5% ao ano, longe das expectativas criadas pelo presidente. A menos de surpresas positivas que influenciem a produtividade, esse cenário dificilmente mudará, embora possa experimentar ligeira melhora caso seja aprovada a reforma tributária do consumo (PECs 45 e 110). Embora os efeitos positivos da reforma demorem a aparecer (a transição pode demorar oito anos), ela tende a influenciar decisões de investir no curto prazo, diante da perspectiva de futura eliminação do caos tributário. Além disso, há o enorme desafio de propor um arcabouço fiscal crível, o que não será fácil, considerando-se tanto a limitada margem de manobra fiscal, determinada pela severa rigidez orçamentária – consequência basicamente de medidas fiscais adotadas pela Constituição de 1988 e da explosão dos gastos previdenciários – como a ausência do teto de gastos.

No campo político, fala-se que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, seria o candidato presidencial do PT em 2026, embora Lula tenha declarado a disposição de concorrer à reeleição. Na história, apenas três ministros da Fazenda se tornaram presidentes: (1) Rodrigues Alves, duas vezes, nos governos de Floriano Peixoto e de Prudente de Moraes, um sinal inequívoco do prestígio haurido em bem-sucedida carreira política, inclusive como presidente da então província de São Paulo; (2) Getúlio Vargas, que havia exercido o cargo no governo de Washington Luiz, deposto por um golpe de Estado liderado pelo mesmo Vargas; e (3) Fernando Henrique Cardoso, beneficiado pelo sucesso do

Plano Real. Como se sabe, o cargo é espinhoso e caracterizado por dizer não a inúmeras demandas. A natural impopularidade inibe as chances de êxito em uma corrida presidencial.

Sem convicção ou capacidade para blindar o PT contra equívocos econômicos, Lula acaba contribuindo, como vem fazendo, para a preservação das ideias equivocadas do partido. O provável desempenho pífio da economia no atual período de governo, ainda que não atribuível a Lula, pode prejudicar a competitividade eleitoral do PT em 2026. O partido correria o risco de derrota por uma coalizão de direita ou centro-direita. Claro, cenários eleitorais podem mudar, mas essa pode ser a tendência.

O PT correria, assim, o risco de perder competitividade, tanto pela desfavorável situação econômica como por não contar com Lula no jogo político. Dificilmente disporia de um substituto com o carisma, a interlocução fluida com os eleitores pobres e a emoção dos discursos de campanha, que explicam o notável sucesso eleitoral de Lula. Sem vencer esse desafio, o PT poderia sofrer seguidas derrotas em eleições presidenciais. Viveria, desse modo, a situação experimentada pelo Partido Trabalhista do Reino Unido, comentada adiante.

6.5 Lições da história

Como já assinalado neste ensaio, partidos de esquerda europeia – socialistas, trabalhistas e social-democratas – evoluíram em suas crenças ao longo dos anos. Do nascimento na segunda metade do século XIX, caracterizado pela adesão a ideias marxistas de ditadura do proletariado e propriedade dos meios de produção pelo Estado, esses partidos se modernizaram, particularmente a partir do fim da II Guerra. Abraçaram paulatinamente a democracia representativa e a economia capitalista de mercado associada a maior regulação dos mercados e a ampliação do estado de bem-estar social.

Os trabalhistas britânicos experimentaram a mais longa transição para essa realidade. Acabaram sendo influenciados pelo efeito didático de sucessivas derrotas eleitorais no último quartel do século XX. Seus líderes despertaram, então, para a necessidade de rever o ideário econômico do partido, o que era entendido como essencial para a conquista do eleitor refratário a políticas estatizantes. Essa evolução contou com estudos do sociólogo e teórico social Anthony Giddens, então diretor-geral da London School of Economics (LSE). Giddens tornou-se influente assessor do líder trabalhista Tony Blair. Seu conceito de “Terceira Via” – um programa político que não se limitava à tradicional dicotomia esquerda-direita – teria exercido forte influência intelectual no governo.²⁵ Outro destacado membro da LSE, Richard Layard, defendeu muitas das políticas que viriam a caracterizar o governo trabalhista. Uma de suas propostas se baseou na ideia de *welfare-to-work*, pela qual programas sociais

²⁵ Encyclopedia Britannica, acesso em 11/2/2023.

podem ser estruturados de forma a encorajar os beneficiários a retornar ao mercado de trabalho.

Como primeiro-ministro, Blair deu continuidade à política econômica dos conservadores – incluindo a privatização de empresas estatais –, à desregulamentação da economia e a medidas liberalizantes que contribuíram para ampliar o potencial de crescimento econômico e para manter o prestígio internacional do Reino Unido. As derrotas haviam criado as condições para o esforço de modernização do ideário trabalhista, permitindo a volta ao poder em 1997. O Partido Trabalhista ficou à frente do governo por dois mandatos, exercidos por Tony Blair e Gordon Brown, que antes ocupara o cargo de ministro da Fazenda.

Outra lição da história não absorvida pelo PT foi a legada pela social-democracia alemã, o primeiro partido político europeu a abandonar a doutrina marxista e a aderir ao binômio democracia-economia de mercado. O SPD assumiu o governo pela primeira vez com o chanceler Willy Brandt (1969-1974) com uma política econômica responsável. O chanceler Gerard Schröder (1998-2005) planejou e implementou a Agenda 2010, caracterizada por amplas reformas da legislação trabalhista e do estado de bem-estar social, cujo objetivo – que foi alcançado – era promover o crescimento econômico e reduzir o desemprego.

A Agenda 2010, que enfrentou oposição de sindicatos, tornou-se o símbolo do “jobwunder” (o milagre do emprego). As reformas inspiraram medidas semelhantes em outros países da Europa. A sucessora de Schröder, Angela Merkel, reconheceu que a agenda foi a receita perfeita para enfrentar e resolver fraquezas estruturais daquele momento e para assegurar um futuro melhor. Politicamente, ela foi a maior beneficiária das reformas introduzidas pelo SPD.

Na Alemanha, como em outros países ricos, mudanças de governo mantêm inalteradas as bases das políticas públicas que asseguram o equilíbrio macroeconômico e os fundamentos de um bom ambiente de negócios. O SPD participou mais de uma vez de coalizões com os conservadores. O atual chanceler, Olaf Scholz, membro do partido, foi ministro da Fazenda do governo conservador de Angela Merkel.

Enquanto isso, o PT continua prisioneiro de ideias que o tempo se encarregou de tornar obsoletas. É difícil entender a rejeição do partido à ideia da independência do Banco Central²⁶ e de não perceber seus benefícios para a economia e a sociedade. O objetivo é garantir que o ciclo político esteja desconectado do mandato da diretoria do banco, que se transforma em órgão do Estado e não do governo. Evita-se o manejo populista da taxa de juros. Sua diminuição forçada acarreta crescimento no curto prazo, mas a medida desagua

²⁶ Embora a literatura internacional fale em independência do banco central, em substância a ideia é de autonomia operacional, como é o caso do Brasil. Os dois conceitos são usados indistintamente neste ensaio.

mais tarde em crise inflacionária, o que reduz o potencial de crescimento e prejudica particularmente os pobres.

A ideia da autonomia operacional está consolidada há pelo menos trinta anos. Os países ricos, sem exceção, têm bancos centrais independentes. O mesmo ocorre em grande parte da América Latina. Assim provam os casos do Chile, da Colômbia e do México, todos governados por líderes de esquerda que mantiveram intocado esse avanço institucional. No Peru, o presidente de extrema-esquerda Pedro Castillo, recentemente apeado do poder por causa de uma tentativa de golpe de estado, não alterou o status do banco central.

Um testemunho insuspeito sobre as dificuldades do PT em rever seu ideário econômico foi dado pelo ex-presidente do Uruguai, José Mujica, ex-gerrilheiro, eleito por um partido de esquerda. Em entrevista nas Páginas Amarelas da revista *Veja*, Mujica afirmou que “a esquerda brasileira errou, permaneceu estagnada no tempo e presa em um mundo que mudou”.²⁷

6.6 Cenários sobre o futuro do PT

Dois cenários podem caracterizar o PT caso enfrente uma longa ausência do poder. No primeiro, seus líderes não perceberiam que o fracasso eleitoral decorreria de sua desconexão com a realidade. Não haveria discussões internas motivadoras da modernização de seu credo econômico. A agremiação continuaria apegada a ideias desatualizadas.

Se assim for, o PT seguiria o destino do Partido Comunista da França (PCF), que quase ganhou as eleições gerais logo após o fim da II Guerra, mas não se renovou. Continuou leal a Stalin e apoiou a invasão da Hungria e da Tchecoslováquia por tropas soviéticas para abafar movimentos em prol da liberdade. O PCF perdeu sistematicamente apoio popular e hoje elege apenas 1% a 2% dos membros do Parlamento francês. O PT viraria, então, um partido nanico. Poderia, nesse caso, ser sucedido, nas preferências do eleitorado, por um outro partido de linha social-democrata, com visão moderna sobre política econômica, e capaz de chegar ao poder.

Não parece ser a hipótese mais provável. O partido goza de solidez sem paralelo no sistema político brasileiro. Dispõe de amplo apoio social e de numerosa militância, principalmente dos sindicatos de trabalhadores.

No segundo cenário, a meu ver o mais provável, as derrotas eleitorais exerceriam um efeito didático que induziria os líderes do partido a antenar-se na realidade e, assim, a patrocinar corajosa reflexão interna, cujo desfecho seria o abandono de ideias econômicas fora do lugar. O PT aderiria à privatização de empresas estatais, abandonaria o intervencionismo excessivo e preconceitos anticapitalistas. Repetiria a modernização dos trabalhistas britânicos e dos

²⁷ Revista *Veja*, edição nº 2825, de 25/2/2023.

socialistas espanhóis. O PT poderia retornar ao poder, agora renovado, com novas e modernas lideranças que reveriam suas ideias econômicas.

Na definição de suas diretrizes econômicas, perderiam influência os economistas do partido aferrados a um intervencionismo démodé e a ideias estatistas que não fazem sentido no século XXI. A autonomia operacional do Banco Central seria incorporada ao modo de pensar petista. O equilíbrio macroeconômico viraria compromisso permanente.

Os benefícios para a economia e sociedade seriam imensos. Poderiam desaparecer as guinadas de política econômica dos últimos anos, que geram incertezas e volatilidade, inibem decisões de investir, conspiram contra a adequada alocação de recursos e afetam negativamente a expansão do potencial de crescimento da economia, da renda e do emprego.

Há quem não acredite na modernização das ideias econômicas do PT. O partido teria sofrido profunda influência da linha autoritária do socialismo. Por isso, lhe seria difícil livrar-se dessa herança para seguir o caminho de socialismo democrático e da adesão à economia de mercado. Mesmo que ficasse afastado do poder por muitos anos, o PT teria que escolher entre manter a ilusão de um mundo sem banqueiros e empreendedores ou aceitar os fatos da vida e os compromissos com uma orientação esquerdista moderna, não radical. Como a mudança seria pouco provável, o destino do partido seria o do primeiro cenário. Trilharia o caminho do Partido Comunista Francês, tornando-se uma agremiação anódina, medíocre, irrelevante.

Como afirmei acima, adoto como mais provável a hipótese da modernização. Claro, isso dependerá do surgimento de líderes petistas do calibre do espanhol Felipe Gonzalez e do britânico Tony Blair. Se for o caso, o Brasil poderia voltar a alimentar o sonho de um dia fazer parte dos países bem-sucedidos. Estariam dadas as condições que, na visão de Stefan Dercon, constituem a receita básica para o desenvolvimento econômico e social, a saber: (1) estabilidade macroeconômica; (2) investimentos em infraestrutura, educação e saúde; (3) manejo prudente dos recursos naturais; (4) ambiente de negócios favorável ao investimento privado; (5) exercício, pelo mercado, de papel central na economia, com apoio do Estado; (6) foco no comércio internacional; (7) certas empresas ou famílias não se beneficiam de conexões espúrias com o setor público para o desenvolvimento de seus negócios.²⁸

Em tais países, as estratégias de desenvolvimento têm três características em comum: (1) as políticas públicas são firmes e críveis, e não derivam de declarações ou pronunciamentos vagos; (2) a capacidade do Estado é utilizada para cumprir compromissos associados ao crescimento econômico; o setor

²⁸ Stefan Dercon. *Gambling on Development: Why Some Countries Win and Others Lose*. Hurst & Company, 2022. E-book Kindle, location 182.

público evita fazer mais do que pode; (3) os líderes do governo possuem a habilidade política e técnica para aprender com erros e promover correções de rumo.²⁹

Finalmente, conclui Dercon, o compromisso básico das elites com o desenvolvimento é crível e permanentemente partilhado pela sociedade. Um elemento crucial do processo é a continuidade das políticas públicas básicas, mesmo quando há mudança de governo.³⁰ Isso poderia acontecer no Brasil, que se integraria às cadeias mundiais de suprimento e promoveria reformas para aumentar a produtividade. O país deixaria de ser prisioneiro da armadilha do baixo crescimento dos últimos anos.

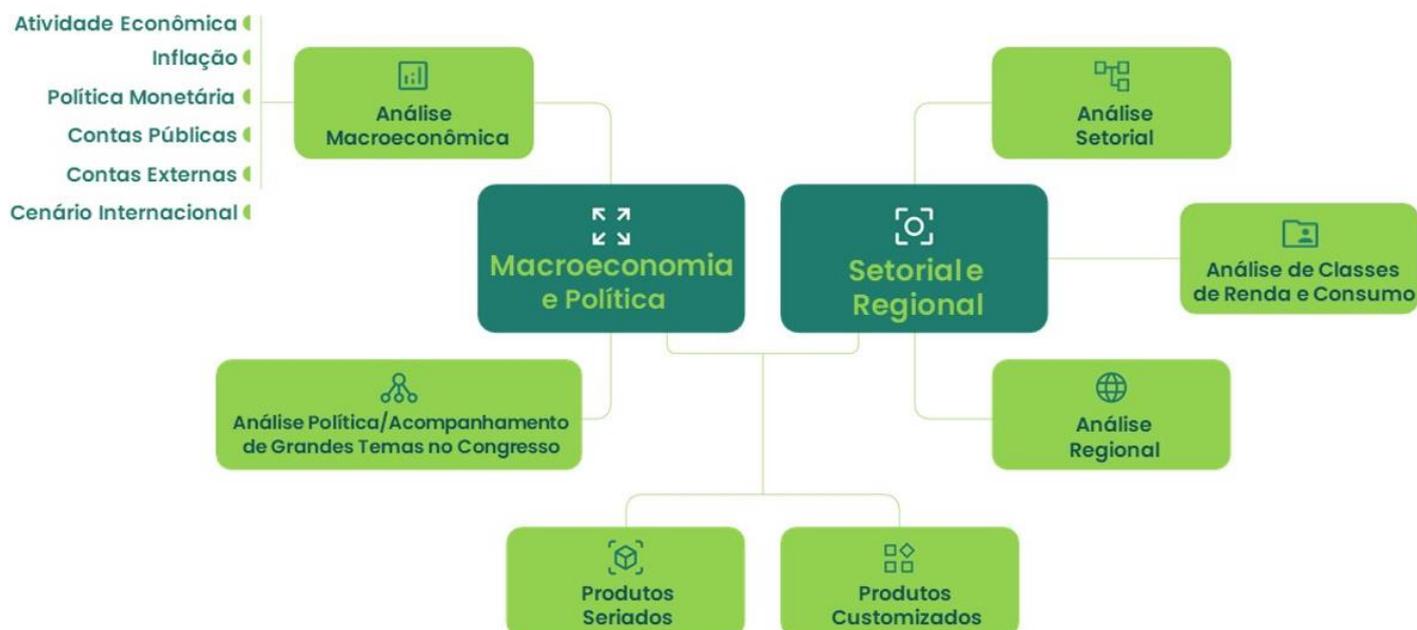
²⁹ Idem, ibidem, location 757.

³⁰ Idem, ibidem, location 761.

Agradecimentos

Este ensaio beneficiou-se de contribuições de muitas pessoas que leram sua versão inicial. Gostaria de destacar as oito mais relevantes; (1) durante sua concepção, tive proveitosas e educativas discussões com o cientista político Rafael Cortez, sócio da Tendências Consultoria, que revisou o texto; (2) foi fundamental o criterioso exame do texto e os inúmeros comentários de Isaias Coelho, ex-professor da FGV Direito SP, coordenador do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da mesma escola, ex-chefe da divisão de política tributária do FMI, ex-professor da UnB e ex-secretário da Receita Federal Adjunto; (3) Ana Carla Abrão Costa, ex-economista-chefe da Tendências Consultoria, ex-secretária da Fazenda do Estado de Goiás, ex-diretora do Banco Itaú e atual diretora de Novos Negócios da B3, fez comentários bem fundamentos e animou-me a prosseguir na preparação e conclusão do ensaio; (4) Mário Bérard, ex-presidente do Banco do Brasil, acrescentou excelentes observações; (5) Luiz Antônio Gonçalves, ex-secretário do Tesouro Nacional e ex-secretário-executivo do Ministério da Economia, chamou-me a atenção para a ausência de aspectos relevantes que melhorariam a compreensão e a abrangência da análise; (6) Guilherme Chaves da Nóbrega, em cuidadosa revisão, lembrou que o PT, caso perca relevância (a exemplo do que aconteceu com o Partido Comunista Francês), poderia ser substituído, nas preferências do eleitor, por outro partido de esquerda com visão moderna sobre política econômica, e capaz de chegar ao poder. Ele sugeriu mencionar o professor da London School of Economics, Richard Layard, por sua influência no governo Trabalhista de Tony Blair; (7) o jornalista Juliano Chaves da Nóbrega contribuiu para melhorar a clareza do texto, suprir lacunas e evitar omissões; (8) Alessandra Ribeiro, diretora da área de macroeconomia da Tendências Consultoria, identificou pontos escuros do texto, levando-me a um esforço adicional de esclarecimento. Sem essas contribuições, o ensaio teria sido menos ambicioso e a análise menos acurada. Claro, a responsabilidade por eventuais erros é exclusiva do autor.

Atuação em Macroeconomia, Setorial, Regional e Política



Contatos

Av. 9 de Julho, nº 3.624

12º andar

Jardim Paulista

São Paulo – SP

Tel: +55 11 3052 3311

WhatsApp: +55 11 91445-5450

contato@tendencias.com.br

www.tendencias.com.br

A Tendências Consultoria preparou este documento com base em estudos internos e em informações de conhecimento público. Empregamos todos os esforços para que as opiniões e dados aqui contidos fossem os mais atualizados, corretos e precisos. Não nos responsabilizamos, entretanto, pelos resultados de qualquer decisão tomada com base no conteúdo desta publicação.